

## “Braços cruzados, máquinas paradas”

Antonio Ozaí da Silva\*

### Ficha técnica

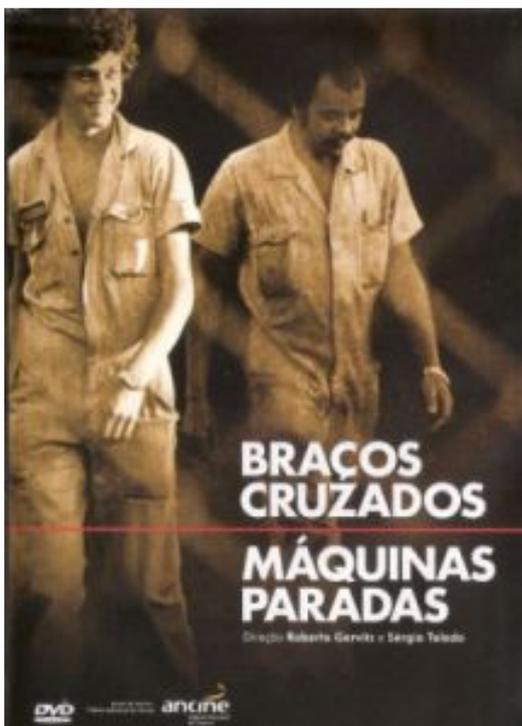
Título: Braços Cruzados, Máquinas Paradas

Documentário, Brasil, 1979

Direção: Roberto Gervitz e Sérgio Toledo

Duração: 79 min.

**Sinopse:** Documentário sobre a greve dos metalúrgicos de São Paulo e a eleição para o sindicato da categoria metalúrgica em 1978, com destaque para a campanha e militância da Chapa 3 – Oposição Sindical encabeçada por Anísio Batista.



A exemplo de outros filmes e documentários como *Linha de Montagem*, *ABC da Greve*, *Eles não usam Black-Tie*, *Peões*, etc., *Braços cruzados, máquinas paradas* tem um significado fundamental em minha vida. São cenas, falas, personagens, contexto

histórico, que me fazem retornar ao passado, às minhas origens e raízes. Escrever e falar<sup>1</sup> sobre estes eventos que marcaram a história do movimento operário no Brasil e, portanto, a história política recente deste país, é algo que envolve um caráter emotivo muito forte. Por outro lado, o distanciamento no tempo histórico, aliado à experiência de vida acumulada nestas décadas, tornam possível uma reflexão racional e objetiva – embora não isenta de valores nem de emoções.

Aprendi que os temas que pesquisamos, os livros que lemos, o que escrevemos, etc., estão vinculados, ainda que não percebamos, às nossas experiências de vida, ao “eu” marcado de forma indelével pelo grupo no qual nos inserimos, o agente coletivo e *social*.

<sup>1</sup> Este texto foi escrito como subsídio para a participação no **VIII Seminário Lutas & Resistências**, organizado pelo Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado (Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina) e realizado em 04 de maio de 2011. Registro, sinceramente, o meu agradecimento.

Afinal, é na *relação social*, na convivência com os demais que construímos a nossa identidade. O indivíduo é intrinsecamente social. É neste sentido que o “eu” se faz presente em minha fala e escrita, especialmente quando o tema está tão diretamente vinculado à minha trajetória de vida.

Não fui participe direto do processo histórico relatado em *Braços cruzados, máquinas paradas*, mas conheci, convivi, aprendi e compartilhei experiências com algumas das lideranças expressivas do Movimento de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo (MOMSP). Conheci-os nos primeiros anos da década de 1980 e estabeleceu-se uma relação respeitosa e duradoura. A minha formação política está vinculada aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Na época, fiz o curso de Mecânico no SENAI de São Bernardo do Campo, com contrato vinculado à Saab Scania do Brasil, empresa na qual realizei o rito de passagem da revolta para a consciência de pertencimento a uma classe social. Esta, pode-se afirmar, foi a minha primeira “universidade”, a minha “graduação”.

Foi na Saab Scania que conheci o Gilson Menezes, o Henrique e os companheiros da diretoria sindical liderada pelo Lula e os que os sucederam após a intervenção do governo militar no Sindicato e a retomada deste com a eleição da chapa presidida pelo Jair Meneguelli. A militância sindical levou-me à Pastoral Operária – nos reuníamos na igreja do Parque São Lucas, Zona Leste da capital. O passo seguinte, quase que “natural”, foi a filiação e militância no Partido dos Trabalhadores (PT), do qual me desliguei em 1991. A fábrica, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a

Pastoral Operária (e a Teologia da Libertação) e o PT foram, portanto, as minhas “universidades”. A minha formação política resulta destas experiências; são as minhas raízes e dizem muito sobre o que sou.

Pertenço, assim, à geração que aprendeu a fazer política num momento muito difícil da sociedade brasileira, porém, muito especial. Estávamos, ainda, em plena ditadura militar. É neste contexto histórico que os trabalhadores assumem a responsabilidade e os riscos inerentes à decisão de paralisarem as máquinas.

Comparada às greves metalúrgicas em São Bernardo e Diadema, o movimento grevista retratado em *Braços cruzados, máquinas paradas* é ainda mais significativo, pois os trabalhadores não podiam contar nem com o apoio do sindicato, dirigido pelo arqui-pelego Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”.

É um momento histórico difícil e complexo. Ainda assim, os trabalhadores e trabalhadoras ousam se erguer e lutar contra a opressão econômica e política, por melhores salários e condições de vida e, especialmente, pelo resgate da dignidade. É mais do que uma questão econômica – a conquista do reajuste salarial – embora, este seja o fator detonador do movimento. Os grevistas enfrentam não apenas os patrões, o poderio econômico, mas também o Estado, a repressão policial, a (In)Justiça do Trabalho, a direção sindical e, também, o individualismo e a ideologia da competição que atua entre eles, os fura-greve, os dedos-duros e até mesmo a incompreensão e resistências das suas famílias.

No entanto, é nesta caminhada que eles e elas operam a transição do “eu” para o “nós”, do individualismo egoístico para

o sentimento de pertencimento a uma coletividade. É assim que forjam a *identidade de classe*. É na organização da greve, na experiência concreta da luta que ocorre a superação do “eu”. Isto pressupõe o sentir-se parte integrante de algo maior do que o indivíduo considerado isoladamente, indica reconhecer-se no *Outro* e vincular o presente e futuro aos demais. Significa confiar reciprocamente, agir de forma solidária, fazer opções e assumir os riscos. Isto se gesta na luta real, na dinâmica da organização, deflagração e sustentação do movimento grevista.

Por outro lado, a transição do “eu” para o “nós” não anula o indivíduo. Nem todos se assumem enquanto agentes da luta coletiva com a mesma intensidade; as responsabilidades são diferenciadas e o comprometimento do “eu” com o “nós” não tem o mesmo significado para todos. O “eu”, ainda que transformado pela experiência qualitativa da ação sindical-política, tende a se tornar predominante tão logo o movimento esmaece. E, mesmo quanto a greve está em andamento, permanece a tensão entre o “eu” e o “nós”, isto é, entre os valores, sentimentos e interesses individuais e as demandas do grupo social, da coletividade. É simples compreendê-lo se partimos do pressuposto de que não se trata de conceitos e teorias, mas de indivíduos de carne e osso, com as qualidades e complexidades inerentes ao humano real e concreto; indivíduos com subjetividades gestadas por trajetórias e experiências de vida específicas, com valores e sentimentos conflitantes em



relação ao coletivo e até mesmo em cada um considerado individualmente.

O “nós”, o coletivo, a classe, não se reduz a uma abstração conceitual, mas é uma construção gestada a partir da experiência concreta da luta grevista. O “nós” não existe *a priori*, determinado pela situação econômica objetiva compartilhada – embora esta seja essencial enquanto fator estimulador para a ação coletiva –, mas forma-se na dinâmica da organização e deflagração da luta grevista.

O “nós”, portanto, não é um todo homogêneo. O individualismo egoístico, a competição e, em suma, a ideologia predominante, continuam a atuar enquanto contra-tendência à conformação da consciência e prática de classe, enquanto o “eu coletivo” – o “eu” não se dissolve no “nós”, mas é amalgamado neste e, simultaneamente, mantém-se enquanto potência.

Por sua vez, a imersão do “eu” no “nós” faz emergir a energia que estava latente. Em outras palavras, fazer parte do coletivo, reconhecer-se enquanto parte de algo maior do que o “eu individual” fortalece e energiza o indivíduo enquanto agente atuante na e/da história. A sensação de pertencimento e identificação com o “nós” produz o sentimento de alegria e felicidade. É o contentamento de nos sentirmos artífices da nossa própria história e senhores do nosso destino.

As trabalhadoras e os trabalhadores, personagens principais de *Braços cruzados, máquinas paradas*, são alegres e realizam-se no processo da luta, apesar das dificuldades e

intimidações. Paradoxalmente, são pessoas felizes. O patronato e seus representantes, a exemplo da cena do advogado patronal na audiência de conciliação na Delegacia do Trabalho, são incapazes de compreender este sentimento gerado pela força e atuação coletiva. A condição social e econômica, os valores e a ideologia de classe patronal, impossibilitam-nos vivenciar e compreender o significado profundo inerente à luta coletiva dos trabalhadores. Resta ao representante do Estado o discurso da intimidação. Esta cena é fundamental para identificarmos as forças sociais e políticas em pugna e fica nítido que o operariado só pode contar com as suas próprias forças, união e organização.

A greve é uma escola para o trabalhador e a trabalhadora. É a sua *graduação* em política, a sua *universidade*. Vitoriosa ou derrotada, é uma experiência rica e marcante. No movimento grevista há muito em jogo. O emprego, o salário, as possibilidades de “subir na vida”, etc. No limite, e considerando-se o contexto histórico, é da vida que se trata. Lembremos do operário Santo Dias da Silva, liderança da oposição metalúrgica de São Paulo, assassinado covardemente em frente à fábrica Sylvânia pelo policial Herculano Leonel.

O primeiro desafio, portanto, é vencer o medo alojado em nossas consciências e que habita em nosso corpo. Trata-se do medo à autoridade, ao despotismo do patrão e de todo o aparato que lhe dá sustentação, da chefia à gerência e direção da empresa, ou seja, medo do poder burocraticamente organizado enquanto estrutura racional e legal. A

organização hierárquica administrativa é, então, acionada para controlar, disciplinar a força de trabalho e restaurar a ordem. A fábrica, enquanto poder econômico e organização burocrática moderna privada, conta com o apoio do Estado e a violência *pretensamente legítima* das forças da lei e da ordem. O contexto político ditatorial induz ao arbítrio e à impunidade. O patronato sabe que pode contar com o aparato repressivo do Estado e com a (In)Justiça do Trabalho. Isto fica nítido no documentário, no transcorrer do movimento grevista e na realização da eleição para o Sindicato. A fraude eleitoral é absurdamente desconsiderada e o Estado, através do seu representante, o Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto (governo do ditador Ernesto Geisel), garante a posse do Joaquinção.



Santo Dias da Silva (1942-1978)

Os trabalhadores devem superar os medos causados pelos agentes externos – indivíduos, grupos e estruturas organizacionais privadas e estatais – mas também seus medos interiores. O medo de ser despedido e causar desgraça aos que ama, o medo da culpa, etc.

É um medo legítimo e perfeitamente compreensível. Afinal, no recôndito do “eu” é difícil ficar imune às ameaças reais amparadas no poder econômico e político. Além disso, a ideologia da adaptação, do conformismo e do individualismo é muito forte e influente. A adesão ao “nós” é uma decisão individual muito difícil de ser tomada.

Ainda assim, ocorre a transição do “eu” para o “nós”, do/a operário/a individual para o grupo e classe social. Este processo produz a tomada de

consciência. É como uma flor que desabrocha. Esta necessita de cuidados, de condições para desabrochar.

Assim é a consciência do pertencimento ao “nós”. As sementes lançadas na terra ainda infértil precisa de tempo para germinar e desenvolver-se. Elas são regadas com o sofrimento, o suor e o sangue dos que, nas condições mais inférteis e desesperadoras, mantêm a esperança e acreditam que, apesar de tudo, ela sobreviverá. Há indivíduos que, a despeito de tudo, lutam cotidianamente para que a semente não morra. Ainda que nesta fase a transição do “eu” para o “nós” não seja possível, eles referendam-se em um “nós” idealizado e, assim, encontram forças para persistir.

Assim, é possível compreender o *elemento espontâneo*. Ele é a potência que estava latente, despertada pela dinâmica da organização da luta. Ele emerge das sementes plantadas no solo ainda infértil, que desenvolvem-se graças à perseverança e trabalho dos que conseguirem superar as amarras ideológicas do “eu” e/ou dos que, ainda

que de maneira desorganizada, expressam a revolta contra as prisões reais e imaginárias do mundo do trabalho. Ou seja, germinam-se e fortalecem-se as condições mínimas para a erupção do aparentemente *espontâneo*. Este, portanto, não surge do nada.

*Braços cruzados, máquina paradas* é um documentário que vale a pena assistir. Ele resgata a história recente do nosso país, uma história geralmente desconhecida pela geração que nasceu no pós-redemocratização. É um documentário que desafia o *campus* a superar o abstracionismo conceitual e intelectualista.

O desafio é compreender o humano real e concreto, em carne e osso, tal qual ele se manifesta nos processos históricos, com os seus dilemas e toda a sua complexidade. A formação do “nós”, da consciência de classe, não se dá no vazio, mas é regada pelo humano humanamente contraditório, demasiado humano.



\* **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é professor de Ciência Política e Sociologia do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM). Blog: <http://antoniozai.wordpress.com> Email: [aosilva@uem.br](mailto:aosilva@uem.br)